

GESTÃO COMPARTILHADA DA INFORMAÇÃO: PORTAL SME

Magali Seravalli Romboli

Samira Salleh

Orientadora: Me. Suelem Lima Benício

Aperfeiçoamento em Controle Social das Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a formação da agenda governamental, com especial atenção ao modelo de gestão compartilhada da informação proposto pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, durante a gestão do Prefeito Fernando Haddad (2013/2016), favorecida pelo debate público proposto à sociedade do Programa de Reorganização Curricular e Administrativo, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Educação de São Paulo, conhecido como "Programa Mais Educação São Paulo, que abordará os múltiplos fluxos, vistos em John Kingdon, convergiram para a criação coletiva de uma multiplataforma de comunicação/informação digital, na rede mundial de computadores.

Palavras-chave: Programa Mais Educação São Paulo, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Portal SME, Gestão da Comunicação, Rede de Ensino Municipal de São Paulo, Fernando Haddad.

ABSTRACT

Keywords: Education Program São Paulo, Municipal Secretariat of Education of São Paulo, SME Portal, Communication Management, São Paulo Municipal Education Network, Fernando Haddad.

1.INTRODUÇÃO

Em 2012, o ex-ministro da educação, Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores¹, assume a prefeitura de São Paulo para exercer o mandato de 2013 a 2016. Na perspectiva de dialogar com a Rede Municipal de São Paulo e com a sociedade em geral,

sobre os rumos do currículo e dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos na rede municipal de São Paulo: contexto e perspectivas”, propôs consulta e audiências públicas, a fim de elaborar a reforma da Educação Básica no município de São Paulo, o resultado da consulta pública, publicado em plataforma digital, no Portal da SME.

Este documento versava sobre os últimos 20 anos do país, do ponto de vista político, econômico e social, destacando os avanços ocorridos neste período como: a consolidação da democracia, criação programas sociais como: Bolsa Família e Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) que contribuíram para a redução da miséria no país. No campo educacional, o documento destacava como principal avanço a garantia do acesso das crianças à educação básica, ressaltando ainda as dificuldades de acesso à educação infantil e permanência no ensino médio, chamava a atenção dos desafios para a educação na garantia da educação integral na educação infantil e ensino fundamental; abertura das escolas para as comunidades; educação profissional e tecnológica; elevação da escolaridade para jovens e adultos; valorização dos educadores; garantia da gestão democrática; apoio à formação dos gestores em educação e educação para vida em uma cultura de paz².

O presente artigo não tem por objetivo aprofundar e contextualizar análise do complexo processo de estruturação da política pública denominada Programa Mais Educação

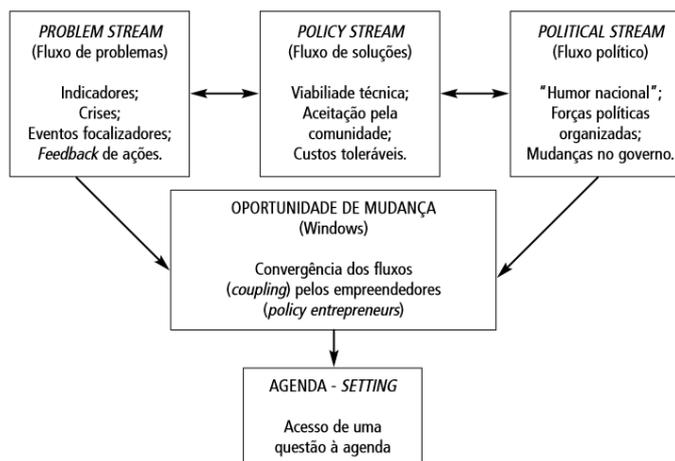
O presente artigo não tem por objetivo aprofundar e contextualizar análise do complexo processo de estruturação da política pública denominada Programa Mais Educação São Paulo, aberta ao debate público e implementado, ao longo dos demais anos desse governo municipal, para isto seria necessária análise com visão multifatorial dos diversos aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram a sua concepção e sim contextualizar cenários que favoreceram a abertura de uma janela de oportunidade, no modelo *body up* durante a elaboração, discussão até o envio para que o Executivo decretasse lei correspondente à Reforma, para aplicação de metodologia de gestão compartilhada de informação digital, estabelecida no portal institucional da SME, que até o presente momento publicizava a gestão governamental, práticas pedagógicas, documentos e portarias, matérias sobre unidades escolares, fila da creche, entre outros serviços aos profissionais e usuários dos serviços educacionais ofertados pela SME. O Portal da SME, passou a também acolher e publicar documentos vindos de outros atores e entidades que não os atrelados à própria secretaria, para fácil visualização de toda a sociedade paulistana e brasileira.

O presente artigo pretende analisar sob o prisma dos principais elementos denominados Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams*) de John Kingdon, apresentado em seu livro *Agendas, Alternatives and Public Politics*³, em que, no contexto dos debates públicos que envolveram o Programa Mais Educação São Paulo no favorecimento da gestão compartilhada da informação, favoreceu a reestruturação tecnológica e conceitual do Portal da SME

A metodologia empregada utiliza-se dos documentos oficiais da SME, a publicação de documentos do Programa Mais Educação SP, depoimentos junto aos profissionais pertencentes à época nos órgãos centrais da SME e matérias que tornaram públicos este período histórico.

Sob esta perspectiva, ressalta-se que o modelo de Múltiplos Fluxos guarda foco para os processos anteriores à implantação, formação da agenda e seleção de alternativas, Kingdon afirma que uma política pública é formada por, ao menos quatro processos: a formação da agenda; a especificação das alternativas a partir da qual a escolha sita; a escolha da autoridade governamental dentre as alternativas especificadas; e a implementação da decisão. Kingdon descreve a existência de três fluxos independentes e interligados entre si: fluxo dos problemas (*problem stream*), fluxo de soluções ou alternativas (*policy stream*) fluxo político (*politic stream*). Kingdon diferencia problemas de questões, e como visto em A. Capella, em *Formação da Agenda Governamental: Perspectivas teóricas*, ressalta-se que problemas não possuem um significado *a priori*, de modo que sempre serão construções interpretativas da dinâmica social. Ganhando atenção ou não do governo, a partir de três fatos, primeiro relacionado aos indicadores que delimitam a abrangência de uma situação; a segunda trata da ocorrência de crises, eventos, desastres, símbolo fortes de experiência pessoal; e por fim os *feedbacks* de programas existentes. Essas alternativas configuram-se por sua vez, numa espécie de ideias e soluções disponíveis aos problemas.

Para a narrativa do artigo, o quadro de A. Capella ilustra os fluxos a serem apresentados:



Quando relacionamos a convergência dos três fluxos (*coupling*) e o reconhecimento de um problema, abre-se uma janela de oportunidade (*policy window*), e tal fato, é enunciado por Kingdon, como *Janelas abertas apresentam oportunidades para que haja uma ligação completa entre problemas, alternativas e políticas, e assim criam oportunidades de se introduzirem pacotes completos com três elementos para o topo das agendas de decisões*. Ainda segundo Kingdon: *“Para um estudo de caso, o empreendedor chave pode ser um secretário do gabinete, para outro, um senador ou um membro do Legislativo, em outros casos, um lobista, um acadêmico, advogado em Washington, um burocrata de carreira*”. O empreendedor político pode apresentar habilidades de negociação e influência, podendo apresentar ideias para os mais diferentes espaços, com o objetivo de associar soluções à problemas, na metáfora de Kingdon tais atores *“são como surfistas que esperam um grande onda”*.

2.CENÁRIOS E ATORES: A FORMAÇÃO DA AGENDA

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), responsável pela organização dos recursos humanos, pedagógica e de infraestrutura predial das unidades educacionais da Educação Básica do município de São Paulo (unidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) pautadas na qualidade e acesso a universalização da educação.

Embora a Constituição de 1988 exija que os municípios apliquem 25% de seus impostos e transferências de arrecadação na Educação, a Lei Orgânica do Município de São Paulo (LMO) determina que sejam destinados 31% dos recursos desta proveniência na área.

Cabendo à SME gerenciar mais de 60% destes recursos. Embora constem no orçamento da Educação, não são da alçada da pasta as despesas os vencimentos dos inativos da educação (executada pelo órgão Encargos de Gestão do Município). A SME tinha por composição órgãos centrais (gabinete do secretário, chefia de gabinete, Departamento de Orientações Técnicas-DOT, Assessoria Técnica de Planejamento-ATP, Conae/Recursos Humanos, Conae/obras e infraestrutura, Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil, Departamento de Alimentação Escolar/DAEE, Assessoria de Comunicação e Imprensa) e 13 Diretorias Regionais, com seus respectivos aparatos administrativos para interlocução com cada órgão central da SME.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2012 (MEC/INEP), no Município de São Paulo existiam mais de dois milhões e meio de estudantes na Educação Básica, o que corresponde a cerca de 20% da população do Município. (Dados 2012, Sistema Educacenso), e segundo dados de junho de 2013 (Sistema *Eol/SME*), o período de início da gestão do prefeito Fernando Haddad, um número superior de estudantes vinculados à Rede Municipal de Ensino, apresentado no Censo de 2012, de 912.622 registrados, em 2013 atingiu o número de 940.191 estudantes. Por esta ordem de grandeza, a Rede de Ensino de São Paulo era e ainda é o maior Sistema Municipal de Ensino do Brasil, à qual estavam vinculados 83.763 servidores, sendo 61.643 professores (dados de junho de 2013).

Com 2.722 Unidades Educacionais Municipais, compreendendo:

1617 Centros de Educação Infantil (Redes Direta, Indireta e Conveniada)

532 Escolas Municipais de Educação Infantil

1 Centro Municipal de Educação Infantil

541 Escolas Municipais de Ensino Fundamental

08 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio

45 Centros Educacionais Unificados (CEUs)

6 Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos

3 Centros de Educação e Cultura Indígena

14 Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos

A Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de melhorar a sua qualidade da educação propôs o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - Mais Educação São Paulo. Cabendo à SME (órgãos centrais e Diretorias Regionais) o então Secretário Municipal de Educação, Cesar Callegari, juntamente com sua equipe diretiva de Departamento de Orientações Técnicas da SME e Diretorias Regionais (DREs), a partir de debates internos, envolvendo diversos atores pertencentes ao Quadro de Profissionais da Educação da Rede Municipal, elaborou o documento-base no Portal da SME; divulgação para a sociedade via campanha televisiva de curta duração; constantes sugestões de pauta para a imprensa; objetivando o debate público e a organização de audiências públicas para que a proposta fosse debatida pela própria Rede Municipal de Ensino, entidades de classe, Câmara dos Vereadores, associações não governamentais, academia e sociedade em geral.

Os debates ocorreram nos territórios das 13 Diretorias Regionais: Penha, São Mateus, Jaçanã/Tremembé, São Miguel, Freguesia/Brasilândia, Itaquera, Campo Limpo, Guaianases Capela do Socorro, Pirituba, Santo Amaro, Ipiranga e Butantã, ora na inclusão da pauta do programa nas Jornadas Pedagógicas, envolvendo professores, coordenadores pedagógicos, supervisores, diretores e auxiliares técnicos, ora no formato de debates ou audiências públicas realizados nos auditórios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), diretorias regionais, secretaria, Câmara dos Vereadores, Faculdade de Pedagogia da Universidade São Paulo (USP), sindicatos entre outros equipamentos públicos.

No prazo de 30 dias, a Secretaria Municipal de Educação recebeu 3.052 postagens, com contribuições de profissionais da Rede Municipal de Ensino e da sociedade civil (universidades, Organizações Não-Governamentais e entidades sindicais e comunidade escolar – pais e alunos). O debate presencial e a participação *online* aperfeiçoou o programa e gerou 23 notas técnicas, com explicações e informações detalhadas, inclusas na programa original.

Daí a motivação para a observação deste engajamento social, que contou com uma adesão tanto na esfera pública presencial e virtual, esta sim conduzida pela Assessoria de Comunicação e Imprensa; da SME.

Segundo a publicação da UNESCO: "Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público", de Paul F. Uhlir, "*Uma das*

principais metas de qualquer sociedade é o fortalecimento de todos os cidadãos, por meio do uso da informação e do conhecimento, como um corolário dos direitos básicos à liberdade de expressão e à participação na vida cultural e no progresso científico. Em apoio a essa meta, cada vez mais a informação governamental está sendo produzida e disponibilizada por meio da internet e da rede mundial de computadores (World Wide Web)”, a Promoção e Utilização do Multilingüismo e o Acesso Universal ao Ciberespaço a informação de domínio público refere-se à informação publicamente acessível, cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade. Refere-se, portanto, por um lado, ao domínio de todos os trabalhos, ou objetos de direitos relativos, que podem ser explorados por todos sem qualquer autorização, por exemplo, quando a proteção não é concedida por lei nacional ou internacional, ou devido à expiração do termo de proteção. Refere-se, por outro lado, a dados públicos e informações oficiais produzidos e, voluntariamente, disponibilizados por governos ou organizações internacionais.

Assim como publicadas no Portal da SME, durante a consulta pública, que mesmo tendo as contribuições de autoria de indevidos, coletivos e organizações foi deixada de fora do escopo os direitos autorais ou de outras formas de proteção estatutária: que abrange tudo o que não tem direito, ou não tem mais direito, a tal proteção.

Cabe salientar que, a informação governamental de domínio público, mencionada por Paul F. Uhlir, foi parte de uma categoria mais ampla de “informação do setor público” e de outros tipos de informação, reconhecida como uma grande contribuição para o desenvolvimento do processo que corroborou na implantação do Programa Mais Educação São Paulo, inclusive as indicações contrárias ao programa.

De acordo com alguns dos principais valores relacionados à disseminação da informação governamental de domínio público, a “transparência” da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia, disponíveis abertamente pelo governo e sobre o governo, inibe a possibilidade deste mesmo governo conseguir ocultar atos ilegais e má administração.

A participação popular voluntária, com contribuições apresentadas em diversos formatos foram publicados no site do Programa Mais Educação, hospedado no Portal da SME, e, posteriormente, analisadas pelo corpo técnico multidisciplinar do Departamento de Orientações Técnicas da Secretaria Municipal de Educação, independentemente de sua

origem, conceito, modelo de apresentação (vídeo, texto, artigo, projeto), cuja incorporação ou não das contribuições, foram justificadas publicamente na esfera pública virtual e incorporadas no documento final, enviado ao Executivo para publicação do Decretos e Portarias que instituíram o Programa Mais Educação São Paulo, assinados pelo prefeito Fernando Haddad no dia 10 de outubro de 2013:

O registro histórico de todo processo e documentação sobre a implementação do Programa Mais Educação, bem como vídeos, registros da época do consulta pública estão disponíveis até a presente data (junho/2019), no formato de links como nos exemplos abaixo ilustrados pelos cadernos de orientações, onde constam as colaborações no formato de notas técnicas ou no formato de arquivo PDF, para *download* no endereço eletrônico do Portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Programa-Mais-Educacao-Sao-Paulo-1>

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que, simultâneo ao processo completo do programa da reforma, a Assessoria de Comunicação e Imprensa, que até 2012, contava com o apoio de quatro professores para a gestão técnica da publicação de textos no formato de link, da produção visual de ícones de acesso à informação de notícias, planilhas e demais documentos referentes à condução dos trabalhos da SME em sua totalidade, em apoio aos jornalistas, com cargos nomeados por tempo determinado, outros quatro educadores, desta vez, professores orientadores de informática, conhecidos como POIEs, formados em Educomunicação e linguagens para Redes Sociais, passaram a integrar a assessoria, com o objetivo de promover interlocução direta, sem censura, com todos os profissionais atuantes nas unidades educacionais professores, gestores escolares, supervisores escolares, diretores regionais, com autonomia ainda para compartilhar suas publicações com as demais Secretarias, inclusive com as Redes Sociais da Prefeitura da cidade de São Paulo, publicações, por muitas vezes, fruto de textos e fotos produzidos e compartilhados por seus pares atuantes nas unidades escolares, com a publicidade de seus autores, unidades e Diretorias Regionais.

Considerando a metodologia de construção do portal, sua aplicabilidade, funcionalidade e interatividade e, segundo Jürgen Habermas, a “comunicação deliberativa” como realidade. O destaque atribuído, a esta construção, dentro da agenda governamental e sua inovação dentro da esfera pública municipal e utilizada até os dias atuais.

Segundo Cláudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais no Ensino Municipal de São Paulo, SINPEEM:

“O Portal da Secretaria Municipal de Educação começou a ser desenvolvido em 2002. Inicialmente por empresa contratada e com a participação de servidores do Quadro de Profissionais de Educação, lotados ou em exercício na SME, após algumas alterações passou a conter informações institucionais quanto ao sistema municipal de educação, a estrutura e funcionamento das unidades que compõem a Rede de Ensino e o organograma da SME. Tornou-se ferramenta para além do domínio e gestão deste ou daquele Secretário de Educação nomeado pelo Prefeito. Trata-se de estrutura e ferramenta de Estado para planejamento, gestão e fiscalização. Uma conquista da sociedade, uma ferramenta de e para transparência e compartilhamento. Um recurso de TI resultante do trabalho coletivo e continuado dos profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo”.

Para o supervisor escolar de educação e ex Diretor Regional de Educação de Itaquera:

“A possibilidade de ter espaço no Portal de SME casou muito bem com às expectativas surgidas a partir das próprias ações que estavam em andamento na região. Dada a extensão do território, grande quantidade de escolas e diversidade dessas unidades quanto ao atendimento (educação infantil ou fundamental, regular ou para jovens e adultos, pela rede direta ou conveniada); quanto ao público (também variável em conformidade às diferenças entre as microrregiões que integram a área total da DRE); quanto aos projetos elaborados pelas respectivas comunidades escolares das unidades (que também contam com relativa autonomia para a construção desses projetos pedagógicos), somente essa abertura permitiria, como permitiu, que fossem visíveis algumas das ações que demonstravam o quão rica era essa variedade. Rica de experiências muito particulares, mas que, por outro lado, também poderiam servir como referência para outras escolas da rede (caso fossem conhecidas). E isso num contexto em que estávamos, na DRE Itaquera, estimulando, como parte do nosso projeto político pedagógico (sim, nossa DRE tinha um projeto político pedagógico) o estudo da realidade local. Com a óbvia influência do pensamento do educador Paulo Freire, considerávamos fundamental considerar a realidade vivida pelo aluno e seus familiares na construção/reconstrução do currículo escolar. Então, o estudo sobre o território e sua comunidade era parte integrante do currículo. Assim, cada unidade tinha suas características próprias, suas identidades. Um portal de SME mais aberto para a visualização dessas unidades também contribuiria para a valorização dos profissionais envolvidos, dos alunos e suas comunidades. Tivemos ainda, a oportunidade de um estagiário da área de comunicação, ele e demais colaboradores passaram por processo de formação, para nos ajudar na mediação da comunicação da DRE com a SME, auxiliando na alimentação de notícias, participando de reuniões e das próprias atividades formativas da DRE, conquistando assim uma formação acadêmica ampliada no exercício de sua futura profissão. Auxiliando na cobertura de eventos, exposições, feiras culturais, seminários, para colaborar com

registros e envio de matérias para a página da DRE e também para ser compartilhada na *front page* da SME”

Para Edna Giannini, Professora de Orientação de Informática Educativa (POIE) e à época, integrante da Assessoria de Comunicação e Imprensa da SME:

Compartilhamos um Manual de Comunicação e Imprensa através de oficinas de formação em todas as DREs, para gestores e professores interessados, para que o processo de gestão compartilhada da informação estivesse a serviço da sociedade e do estado democrático de direito. O Portal da SME, que tinha um acesso mensal de aproximadamente 30 mil acessos, com a reestruturação ocorrida após a implantação da Reforma do Mais Educação passou a apresentar cerca de 1,2 milhões de visualizações, de internautas de diversas cidades, estados e países, que buscavam informações qualificadas sobre projetos pedagógicos e políticas públicas na área da Educação Municipal de São Paulo, graças a uma equipe aguerrida de professores e profissionais de educação comprometidos com a educação pública e comunidade escolar”

4. NOTAS

1. O Partido dos Trabalhadores já tinha governado a cidade de São Paulo em dois momentos anteriores; 1989 a 1992 com Luiza Erundina e 2001 a 2004

2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO – DOCUMENTO DE REFERÊNCIA – MINUTA DA CONSULTA PÚBLICA – 10/10/2013 -

http://maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/download/docs/minuta_consulta_publica.pdf

5. REFERÊNCIAS

CAPELLA, A. **Formação de Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. Ind: Revisa BIB, N. 61, 2006.

KINGDON, John. **Agendas alternatives and public policies**. 3 ed.. New York, Harper Collins. 2003. .

OLIVEIRA, Valéria dos Santos de. **Entre desafios e oportunidades: análise da política afirmativa educacional superior Indígena na UFPR**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Universidade Federal do Paraná. 145f. 2016.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a produção de informação governamental de domínio público**. Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil Título original: Policy guidelines for the development and promotion of governmental public domain information, Paris, 2004. São Paulo: Contexto, 2012. p.240-256 2006.